

# Mulheres Quilombolas do Norte Goiano





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

*Alanny Moraes et al.*

# **Mulheres Quilombolas do Norte Goiano**

1ª Edição ampliada

Goianésia, GO  
IF Goiano  
2022

**ISBN:** 978-65-87469-26-3

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) – Instituto Federal Goiano**

C749

Mulheres Quilombolas do Norte Goiano / Alanny Moraes et al. – 1. ed.  
ampl. Goianésia, GO: IF Goiano, 2022.

46 p., il.: color.

ISBN (e-book): 978-65-87469-26-3

1. História em quadrinhos. 2. Cultura quilombola - Goiás. 3. Cultura. I. Moraes, Alanny. II. Souza, Ana Carolina. III. Moraes, Ana Clara. IV. Vitória, Débora. V. Portilho, Dhiely. VI. Ricarte, Evelyn. VII. Oliveira, Eduarda. VIII. Xavier, Gean. IX. Ribeiro, Giovana Lyssa Galdino. X. Paiva, Iasmin. XI. Cardoso, João Erastóstenes Doulgras. XII. Batistela, Kamila. XIII. Andrade, Kamully. XIV. Camargo, Kárita Santiago. XV. Mendes, Laiany. XVI. Santana, Luiz Fernando Marra. XVII. Rodrigues, Mateus. XVIII. Louzada, Natália do Carmo. XIX. Alves, Rafael. XX. Corsi, Solange. XXI. Instituto Federal Goiano.

CDU: 821.134.3(81)-94

Natália do Carmo Louzada  
Doutoranda em História (Unicamp)  
Docente IFGOIANO Campus Ceres  
Coordenadora do NEABI Campus Ceres

João Eratóstenes Doulgras Cardoso  
Mestre em História (UFG)  
Docente IFGOIANO Campus Ceres  
Membro do NEABI Campus Ceres

## Introdução

Entre os séculos XVI e XIX o Brasil importou 4,8 milhões de africanos escravizados, número correspondente a 46% de todo o contingente humano traficada da África às Américas. Ao longo deste período, as cidades de Rio de Janeiro e Salvador se constituíram como os dois pontos de onde partiram a maior quantidade de viagens negreiras realizadas no Atlântico (REIS; GOMES, 2021).

O tráfico de escravizados organizado e recepcionado pela América Portuguesa se deu em quatro grandes ciclos: o *ciclo da Guiné*, transcorrido durante a segunda metade do século XVI; o *ciclo de Angola e Congo*, estabelecido durante todo o século XVII; o *ciclo da Costa da Mina*, existente até fins do século XVIII e, finalmente *ciclo da baía de Benim*, que se deu entre 1770 e 1850, incluindo um período de tráfico clandestino (VIANA FILHO, 1988); (VERGER, 2021).

Nesse sentido, a nação brasileira emancipada em 1822, formou-se a partir da tragédia das incontáveis mortes em navios de comércio negreiro e do sequestro de quatro diferentes grupos civilizacionais africanos

1. As civilizações sudanesas representadas especialmente pelos ioruba (nagô, ijexá, egbá, ketu, etc.), pelos daomeanos do grupo gêge (ewe, fon, etc.) e pelo grupo fanti-axanti chamado na época colonial de *mina*, enfim pelos grupos menores dos krumans, agni, zema timini; 2. As civilizações islamizadas, representadas sobretudo pelos peuhls, pelos mandingas, pelos haussa e em menor número pelos tapa, bornu, gurunsi; 3. As civilizações bantos do grupo angola-congolês representadas pelos ambundas de Angola (cassanges, bengalas, inbangalas, dembos), os congos ou cabindas do estuário do Zaire, os benguela dos quais Martius cita numerosas tribos no Brasil; 4. Por fim as civilizações bantos da Contra-Costa representadas pelos moçambiques (macuas e angicos). (BASTIDE, 1989, p. 67).

Se ao início do processo colonial a população nativa fora forçada ao trabalho em canaviais, ainda na primeira metade do século XVII os indígenas - em situação de franco

extermínio - começaram a ser substituídos por africanos escravizados. Num primeiro momento, a diáspora trouxe ao Brasil trabalhadores artífices, mestres de açúcar. Em seguida, com a expansão do tráfico, a mão de obra africana passou a ser empregada também na mineração e, a partir do oitocentos, se interiorizou, passando a ser utilizada em cafezais, criações de gado, roças de fumo e algodão, residências rurais e também urbanas, nos centros comerciais, ruas e portos das cidades que se formavam.

Deste modo, até 1850, quando a Lei Eusébio de Queirós instituiu a interrupção definitiva do tráfico no Império do Brasil, a força de trabalho existente em nosso território havia sido formada majoritariamente pela importação de cativos africanos.

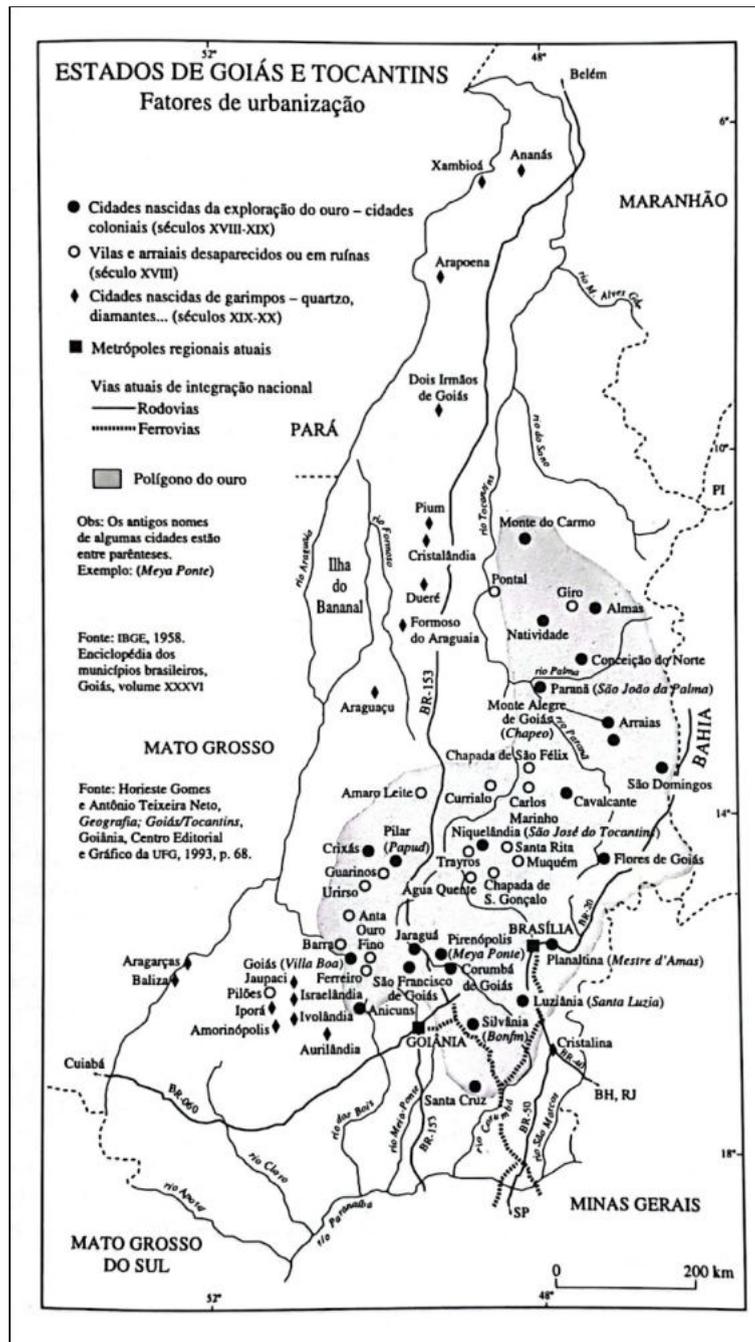
No contexto do século XIX, quando toda a América Espanhola independente já havia abolido a mão de obra escravizada, o Brasil recebia a maior parte do contingente total de escravizados trazidos à nação. “Se contabilizados os três séculos de duração do tráfico transatlântico para a região, os anos entre 1800 e 1850 valeram por 43% do total de africanos desembarcados” (REIS; GOMES, 2021, p.9) cerca de dois milhões de pessoas.

O Império do Brasil, portanto, caminhava na contramão. Enquanto os vizinhos americanos encerravam a exploração colonial tornando-se Repúblicas, a descolonização brasileira nos transformava em um Império, ainda submetido à aristocracia portuguesa. Não obstante, enquanto o pensamento liberal conquistava o fim da escravatura na antiga América Espanhola, o Brasil independente traficava africanos escravizados em quantidade nunca antes vista.

Após a proibição de 1850 o comércio negreiro interno se acentuou, promovendo grande deslocamento desta mão de obra à região Centro-Sul do país, sobretudo ao interior cafeeiro de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esta alteração na distribuição da população escravizada no Império, revelava por si só o papel fundamental dos Barões de café e da elite agrária sudestina na intensificação do tráfico transatlântico que antecedeu sua proibição: era necessário garantir a disponibilidade de cativos no mercado interno. Contudo, este processo não se deu de maneira amena. Se o quilombismo esteve presente ao longo de todo o período colonial brasileiro, o século XIX inaugurou um contexto de radicalização das revoltas escravas em meio à dissidências políticas regionais, movimentos populares camponeses e urbanos.

### **Escravidão na Capitania de Goiás**

No século XVIII a Capitania de Goiás possuía cerca de 900 mil quilômetros quadrados, administrados pela burocracia portuguesa sediada em Vila Boa. A exploração aurífera na capitania foi iniciada em 1720, a partir do Rio Vermelho, sendo seguida da formação de diversas vilas mineradoras que iam desde Monte do Carmo (localizada na Comarca do Norte, atual estado do Tocantins) até Santa Cruz (situada na Comarca do Sul), formando o “arco da mineração”. Junto a comarcas mais antigas, como Natividade, Meia Ponte, Traíras e Santa Luzia, as novas vilas compunham a região do “polígono do ouro” (KARASCH, 2008, p.129).



KARASCH, Mary. Os quilombos do ouro na Capitania de Goiás. In: GOMES, F.S.; REIS, J.J. Liberdade por um fio - história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.243.

A tecnologia empregada no processo de mineração, realizado sobretudo nos rios Vermelho e Maranhão (situado no atual Tocantins), utilizava a bateia para lavar o ouro. A maioria dos escravizados existentes na capitania trabalhava no garimpo, cavando e peneirando o sedimento dos rios em busca do ouro de aluvião. A população escravizada na capitania de Goiás era pequena em relação às demais regiões do Império e, no auge da

mineração, entre os anos de 1735 e 1750, a administração portuguesa contou aqui um contingente que variou entre 10 e 17 mil cativos. De acordo com Mary Karash (2008, p.129, 130) “obviamente, a maioria fugira dos recenseadores. Os portugueses eram poucos, a região muito grande, e era muito fácil a mobilidade de um lugar a outro, escapando dos pagamentos de impostos sobre os escravizados”. Diferentemente dos milhares de escravizados cuja presença era registrada em Minas Gerais, na capitania de Goiás o maior número de cativos foi identificado pelo recenseamento de 1792, que registrou a presença de 38.533 pessoas escravizadas.

Escravos na capitania de Goiás, 1783-1832.						
Local	1783	1789	1792	1804	1825	1832
<b>Comarca do Sul</b>						
Vila Boa*	4.689	9.200	8.568	4.432	3.274	3.073
Meia Ponte	1.682	4.777	4.855	2.282	1.842	1.800
Santa Luzia	899	2.960	2.491	1.264	741	741
Santa Cruz	723	1.223	1.153	997	887	1.094
Pilar	1.567	1.967	3.839	1.575	969	1.033
Crixás	1.207	2.444	2.045	634	699	384
Rio das Velhas	299	277	2.261	-	-	-
Desemboque	-	-	-	660	-	-
Carretão	-	-	-	-	-	5
Traíras	-	-	-	2.807	-	-
<b>Total</b>	<b>11.066</b>	<b>22.848</b>	<b>25.212</b>	<b>14.615</b>	<b>8.412</b>	<b>8.130</b>
<b>Comarca do Norte</b>						
Vila de São João*	-	-	-	-	78	228
Traíras	3.790	6.245	5.328	-	1.493	1.441
Cavalcante	923	993	950	1.209	456	474
Flores	-	-	-	-	478	561
São Félix	648	2.707	2.599	641	142	231
Arraias	363 <sup>†</sup>	1.198	1.198	469	765	792
Conceição	-	986	908	684	271	156
Natividade	923	2.332	2.338	1.529	904	879
Porto Real/ Imperial	-	-	-	-	376	325
Carmo	-	-	-	844	-	-
Carolina	-	-	-	-	-	39
Duro	-	-	-	-	-	5
<b>Total</b>	<b>6.647</b>	<b>14.461</b>	<b>13.321</b>	<b>5.376</b>	<b>4.963</b>	<b>5.131</b>
<b>Soma total</b>	<b>17.713</b>	<b>37.309</b>	<b>38.533</b>	<b>20.027</b>	<b>13.375</b>	<b>13.261</b>

Fonte: KARASH, Mary. Centro-africanos no Brasil Central, de 1780 a 1835. In: HEYWOOD, L.M. Diáspora negra no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008, p131.

No contexto do século XIX quase todas as pessoas no Império do Brasil possuíam cativos, cuja posse delimitava as hierarquias sociais. No caso de Goiás, a listagem de

residências realizada em algumas vilas mineradoras e seus distritos administrativos no ano de 1783, apontava que a maior parte dos cativos pertenciam a pessoas brancas, frequentemente detentoras de mais de 50 escravizados, seguidas de pessoas pardas, cujos cativos variavam entre 10 e 15 pessoas. Sujeitos pretos também foram identificados pela listagem de residências como detentores de escravos. Os “pretos forros” eram mineradores, pequenos fazendeiros, artesãos, donos de até 3 escravos. Todavia, no caso destes homens e mulheres libertos, frequentemente, se reproduziam os padrões africanos de escravidão por dívida, que instituía às “pessoas de obrigação” condição temporária de servidão (KARASCH, 2008, p.130, 156). Essa situação assinala inclusive a existência de grupos de agregados orbitando em torno da população negra livre, comunidades regidas por sistemas de sociabilidade oriundos da tradição cultural africana (LOVEJOY, 2002) cujas relações de solidariedade podem ter contribuído nos processos de resistência ao regime escravocrata.

O número de escravizados na capitania de Goiás sofreu redução justamente durante período de tráfico ilegal (1831 a 1850) quando um volume avassalador de cativos foi desembarcado no Brasil. Isso porque, naquele contexto, a mineração nesta capitania se encontrava em declínio.

Contudo, mesmo com a expressiva retração da economia do garimpo ao longo do século XIX, a chegada de africanos escravizados à Goiás foi contínua, ao menos até a década de 1830, quando ainda eram registrados batismos de cativos adultos nos cartórios de Vila Boa. Neste período uma importante mudança populacional se delineava na região, uma vez que, em 1835, o número de cativos nascidos em África vivendo na capitania de Goiás era de apenas 16,6%, sendo os demais 83,4% nascidos no Brasil (KARASCH, 2008, p.132, 141, 142).

O número total de escravizados residentes em Goiás no século XIX, fossem africanos ou brasileiros, não pode ser identificado, haja vista os frequentes aquilombamentos e a costumeira omissão aos recenseamentos a fim de evitar o pagamento de impostos. Além disso, as alforrias eram também comuns. “Muitos senhores exigiam dos escravizados a entrega de determinada soma em ouro toda semana. Tudo o que encontrassem acima dessa quantia poderia permanecer com eles” (KARASCH, 2008, p.156). Quando o ouro de aluvião nas minas ficava escasso, cada escravo deveria comprar sua própria comida e cachaça, a serem pagas com ouro em pó. Deste modo, não apenas os homens empenhados no garimpo mas também as mulheres que lhes vendiam alimentos tinham acesso a ouro, cujo acúmulo lhes permitia a compra de sua liberdade.

## **Quilombismo no Brasil Central**

Nas regiões mineradoras de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Maranhão, uma vez em fuga, os escravizados frequentemente garantiam sua sobrevivência por meio dos metais e pedras preciosas, obtidos no garimpo e comercializados em transações clandestinas, nas quais obtinham alimentos, tecidos, munição e até mesmo cartas de alforria (GOMES; REIS, 1996, p. 15); ( KARASCH, 1996, p.241). Nestes lugares o trânsito de escravizados em lugares remotos, percorrendo caminhos ermos pode ter contribuído para as fugas que, a partir do oitocentos passaram a atormentar cada vez mais a classe senhorial. A figura dos capitães do mato surgira justamente durante o “século do ouro”, quando a grande proliferação de quilombos em Minas Gerais suscitou o medo de um “novo Palmares”. Assim, as autoridades coloniais aperfeiçoaram as estratégias de repressão, desenvolvendo uma força especializada na perseguição de escravos fugidos e na destruição de quilombos: os capitães do mato que, recebendo diferentes denominações regionais, tornaram-se presentes em todo o Brasil (GOMES; REIS, 1996, p. 15).

Segundo Karasch (1996, p.240), o quilombismo em Goiás pode ter se iniciado ainda no século XVII, período em que há registros de fugas de indígenas escravizados, bem como indícios de migração de africanos fugidos do Maranhão, Bahia e Pernambuco com destino ao norte e nordeste de Goiás. A busca destes fugitivos por ouro os levou a descobrir importantes veios auríferos que, uma vez conhecidos pelos luso-brasileiros, participaram da economia goiana da mineração.

A capitania de Goiás era um lugar bastante propício para a formação de quilombos. Afastada dos centros da administração portuguesa ainda estabelecidos no litoral durante o século XVIII, a região ficava há meses de viagem afastada das forças militares coloniais. Os governadores locais se ocupavam mais da proteção aos frequentes ataques indígenas (Canoeiros, Caiapó, Xavante, Krahó que se recusavam a ser pacificados e reescravizados) e do impedimento ao contrabando de ouro, do que do combate aos quilombos. A capitania possuía ainda uma população esparsa contribuindo para uma menor preocupação em relação aos quilombos, que afligiam apenas vilas mineradoras como Crixás, Pilar, Tocantins e Arraias, cuja população era formada por 70% de pessoas pretas (KARASCH, 1996, p.241-244).

Naquele período, os africanos importados do Rio de Janeiro e Salvador para o

trabalho do garimpo em Goiás eram sobretudo do sexo masculino, e por isso tinham maiores chances de fugir, uma vez que o deslocamento mal vigiado para campos isolados de mineração e fazendas de gado era incumbido exclusivamente ao plantel de homens negros - algumas vezes armados para se defender de ataques indígenas. Além disso, a própria geografia da região abrigava ecossistemas que em todo o continente americano protegeram escravizados em fuga: grandes rios ligados por inúmeros afluentes (rios Araguaia, Tocantins e Parnaíba) em que se formavam ilhas escondidas e manguezais infestados por mosquitos; montanhas e planaltos (os Montes Pirineus, a Serra Dourada, a “chapada dos negros” próxima à Arraias, a Chapada dos Veadeiros); e a vegetação espinhosa do cerrado que, uma vez superada, tornava-se barreira de proteção à densas florestas de buritis. Assim sendo, “toda localidade mineira em Goiás, já se disse, vivia ‘na sombra dos quilombos’” (KARASCH, 1996, p.243-245).

Embora numerosos, a quantidade precisa de quilombos formados em Goiás no século XVIII é desconhecida, mas não suas características. Estas comunidades eram geralmente formadas por pequenos grupos que sobreviviam de garimpo, caça, pesca, cultivo de roças. Alguns mantinham gado e produziam carne seca, enquanto outros realizavam assaltos a tropeiros e mineiros, sempre migrando, face ao perigo de serem descobertos. Os grupos aquilombados frequentemente guerreavam com indígenas, sobretudo para capturar mulheres. As negociações com vizinhos eram comuns, bem como as relações com a população negra livre. “Algumas vezes o grupo de escravos garimpeiros não ficava muito tempo aquilombado porque descobria ouro, negociava o retorno para seus proprietários e comprava deles a alforria”.

Deste modo, os quilombos formados em Goiás eram frequentemente transitórios. As motivações para fuga de africanos escravizados eram conhecidas - e mesmo registradas em denúncias de maus tratos - pelas autoridades coloniais e imperiais: falta de alimentos e vestuário, castigos brutais, insalubridade, excesso de trabalho, bem como o desejo de encontrar veios auríferos que lhes possibilitassem adquirir sua liberdade (KARASCH, 1996, p. 241, 244,245).

A prática da alforria no Brasil colonial e imperial poderia ocorrer de diferentes formas: a) incondicional, sem ônus ao escravizado; b) condicional, em que a liberdade seria oferecida mediante prestação de serviço ou pagamento. No contexto de declínio da exploração aurífera e consolidação da agricultura em Goiás, as alforrias tornaram-se um

bom negócio para reduzir prejuízos, quando possuir cativos não era mais economicamente vantajoso. Na maior parte das vezes o valor cobrado em alforrias condicionais era superestimado pelos senhores, implicando a prestação gratuita de serviços da pessoa liberta ao ex-dono enquanto este vivesse, ou o pagamento de quantias exorbitantes de ouro em pó (LOIOLA, 2009, p.89, 90).

Todavia, o ato de alforriar constituía prerrogativa exclusiva dos senhores, o que garantia o controle social à ordem escravocrata. O “amor a Deus” e “gradidão aos bons serviços prestados” muitas vezes aparecia como justificativa às alforrias incondicionais, o que apenas justificava posteriores relações assimétricas e clientelistas - tais como o apadrinhamento mediante batismo - entre senhor e liberto. Além disso, tais justificativas assinalavam a submissão como padrão de comportamento desejável para os escravizados interessados em pleitear a própria liberdade (LOIOLA, 2009, p.90, 91).

A quilombagem, portanto, se apresentava como alternativa não apenas de liberdade, mas de desestruturação do sistema escravocrata, negando a legitimidade de seus princípios e impondo nova correlação de forças entre fugitivos e senhores na aquisição definitiva de alforrias.

De acordo Mary Karash (1996, p.246-253) a historiografia goiana conseguiu identificar uma “lista básica de quilombos” do século XVIII localizados nas antigas vilas de: Três Barras; Tocantins; Arraiais; Meia Ponte; Crixás; Paracatu; São Félix; Natividade; e morro de São Gonçalo, ao redor de Vila Boa. Entretanto, para além destes quilombos, a pesquisa realizada pela autora aponta diversos outros indícios de aquilombamentos na capitania, organizados por ela, para fins explicativos, em três grupos:

#### Quilombos localizados na Comarca do Norte:

- A principal área de quilombos do norte da capitania era provavelmente o vale do rio Paraná e as montanhas vizinhas, como a serra do Mocambo, em que quilombos se fixaram formando grandes comunidades sedentárias. O rio foi provavelmente adotado como rota de fuga de escravizados oriundos de São Félix, Natividade, Arraiais e Cavalcante;
- Quilombo de Pederneiras (situado acima da atual cidade de Marabá). Grupo com chefia feminina, submetido a constantes e violentos ataques do povo Apinajé;
- Quilombo de Mumbuca (situado na região do “Bico do Papagaio”, entre os rios Araguaia e Tocantins, ao longo do rio do Sono), próximo à aldeia jesuítica de Duro, nas imediações de São Félix (a leste do rio Tocantins). Há indícios de convivência pacífica entre os quilombolas, os jesuítas, as etnias Xacriabá e

Akroás. A tradição oral associa o surgimento do quilombo a uma revolta em que os brancos foram expulsos e, se mudando para um novo sítio, originaram a vila de Arraias;

#### Quilombos localizados na Comarca Sul:

- Quilombo na povoação de Muquém;
- Quilombo do Papuã, situado na região em que, posteriormente, foi fundada a povoação de Nossa Senhora do Pilar;
- Quilombo da boca da mata do rio Acaba-Vida, situado em São José do Tocantins (atual Niquelândia). Neste quilombo houve provável convivência ou miscigenação com os Avá-Canoeiros;
- Quilombos do arraial de Tesouras e Crixás;

#### Quilombos localizados na fronteira entre os atuais estado de Minas Gerais e Mato Grosso:

- Quilombo do Ambrósio, situado em região da capitania de Goiás que se confundia com a Comarca do Rio das Velhas, de Minas gerais, e que possuía mais de 600 habitantes, fortalezas de defesa e pelotões de ataque;
- Quilombo da Comarca do Rio das Mortes, que era governado “por modo de república”;
- Quilombo da Carlota, cuja localização no atual estado do Mato Grosso é incerta;
- Quilombo do arraial do Mesquita, próximo à Santa Luzia, ao norte do rio Paranaíba;
- Quilombos do rio São Marcos, no sudeste do atual estado de Goiás, em sua fronteira com o estado de Minas Gerais;
- Quilombos situados nos afluentes do rio Paranaíba: rio das Velhas e rio Abaeté;
- Quilombo situado em ilha do rio Grande, no extremo sul da capitania de Goiás, descoberto por Caiapós.

Ainda que a existência de quilombos e populações indígenas hostis em Goiás fosse real, a estratégia de superestimar este quantitativo, a fim de omitir o fracasso das expedições de extermínio enviadas contra quilombolas e indígenas, era adotada no Brasil desde as sucessivas derrotas infligidas ao governo de Pernambuco pelo Quilombo dos Palmares.

Ao que tudo indica, durante o século XVIII, a preocupação dos governantes não só de Goiás, como também da Bahia, residia mais sobre o ajuntamento entre negros fugitivos e indígenas locais, do que sobre os quilombos em si. Isso porque, em sua perspectiva, fugindo para quilombos, os escravizados poderiam facilmente ser localizados, recapturados e devolvidos a seus donos. Entretanto, uma vez inseridos nas aldeias indígenas, estariam seguros e “senhores de sua liberdade” (LOIOLA, 2009, p. 60)

Entre 1778 e 1783 a Capitania de Goiás foi governada por Luís da Cunha Menezes,

quem solicitou ao secretário português da Marinha e Ultramar o envio de armamento extra para o combate em “hostilíssima guerra” contra nações silvestres e pretos aquilombados, ao mesmo tempo em que apresentou à Coroa queixa acerca da falta de escravos necessários à atividade de mineração (LOIOLA, 2009, p.59,61)

O dilema do governador demonstra que a expansão da economia da mineração em Goiás levava consigo as contradições intrínsecas à ocupação e exploração do território por meio do trabalho escravo, indicando ainda que o acirramento das tensões sociais era previsto pela administração colonial - que não supunha, portanto, um comportamento submisso.

Nesse sentido, durante o governo de Cunha Menezes a reunião entre negros fugidos e escravizados era vista como perigo iminente, de maneira que o agrupamento de mais de cinco negros em vilas e arraiais, mesmo em ocasião de festas do catolicismo popular realizadas pelas irmandades católicas de pretos e pardos, era tratado pelas autoridades como potencial ameaça de levante antiescravista (LOIOLA, 2009, p. 61).

Anos antes, ainda em 1755, os cativos da vila de Pilar haviam planejado uma revolta a ser realizada durante a festa do Divino Espírito Santo. Na ocasião, negros do Quilombo de Papuã se misturariam aos escravizados de Pilar, perambulando pelas ruas a fim de dificultar o controle da insurgência, que objetivava vingar-se dos maus tratos infligidos pela população branca. Havia na vila rumores de uma suposta revolta que mataria a todos os brancos, o que levou ao juiz local proibir a venda de pólvora e chumbo, bem como suspender o porte de armas por qualquer negro e mulato que não apresentasse ordem escrita. Ainda assim, às vésperas da festa, houve grande procura de pólvora por escravizados, que utilizaram como alibi os festejos ao Espírito Santo (LOIOLA, 2009, p. 61-63).

O levante de Pilar não aconteceu. Todavia, a partir daí novas medidas de controle às pessoas pretas, livres ou escravizadas, foram implantadas na capitania de Goiás. As revoltas escravas do século seguinte, sobretudo aquelas deflagradas durante o período regencial, como foi o caso da Revolta dos Malês, de fato provariam o potencial subversivo da reunião entre pretos livres e escravizados. Assim sendo, se a interrupção do tráfico de escravizados causaria a falência da ordem econômica e social brasileira, a manutenção do tráfico não se daria sem o medo perpétuo das insurreições escravas.

## **Comunidades Remanescentes de Quilombo**

O fim da escravidão em 1888 eliminou a condição de fugitivos atribuída às pessoas negras aquilombadas. Entretanto, quilombos e mocambos continuaram a se reproduzir, entremeados às diferentes formas de campesinato existentes no Brasil.

No período pós-abolição, a mistura entre os antigos quilombos e as novas roças de ex-escravizados originou comunidades camponesas nas quais tornou-se difícil distinguir entre os roceiros negros nascidos livres em quilombos e demais contextos, daqueles que foram escravizados, sendo eles fugitivos ou não.

Na região sudeste do país, o campesinato negro se organizou de forma itinerante, em que famílias formadas a partir de uma concepção ampliada de parentesco migraram continuamente entre Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, em busca de trabalho. Houve ainda arranjos paternalistas, nos quais as famílias libertas permaneceram nas mesmas fazendas onde haviam vivido como cativas, agenciando acordos para o uso da terra. Finalmente, originaram-se também as “terras de preto”, parcelas de terra doadas em testamento para ex-escravos e suas famílias antes da abolição (GOMES, 2015 p.126)

Assim, a formação de famílias originadas por libertos e quilombolas e seu posterior deslocamento no território nacional, sob quaisquer destas formas de organização, pode ter contribuído para o surgimento de comunidades rurais negras ainda hoje existentes no Brasil. No entanto, entre 1888 e 1988, a categoria quilombo esteve inexistente em recenseamentos populacionais e censos agrícolas, o que significou um século de apagamento das origens quilombolas de famílias e comunidades negras estabelecidas em contextos rurais ou urbanos brasileiros (GOMES, 2015).

Deste modo, como identificar continuidades históricas entre os quilombos existentes nos períodos colonial e imperial, e o campesinato negro contemporâneo? Para Flávio Gomes (2015) tudo começa na compreensão de que quilombos e mocambos jamais foram redutos isolados, dedicados exclusivamente à produção para subsistência. Estas comunidades mantinham contato permanente com os agentes sociais em seu entorno, estabelecendo redes comerciais nas quais o excedente de sua produção era oferecido para o abastecimento local em feiras, vilas, fazendas e entrepostos de trocas.

De acordo com Gomes (2015), a atividade econômica é justamente o elo estabelecido entre os quilombos do passado e as atuais comunidades remanescentes. Isso porque, a escravidão rural no Brasil teve como peculiaridade a concessão de parcelas de terra aos escravizados durante um ou dois dias por semana, com o objetivo de se manterem.

Nesse sentido, a experiência da roça nas propriedades dos senhores teria permitido aos cativos o domínio técnico da agricultura e da comercialização de excedentes, que tanto foi utilizado nos quilombos quanto viabilizou a autonomia financeira das famílias formadoras do campesinato negro no pós-abolição.

Mesmo possuindo linguagem e tradições culturais características, tais como o jongo, as congadas, os moçambiques, os reisados, as comunidades rurais negras dispostas nas mais diferentes regiões do país tiveram sua etnicidade invisibilizada no âmbito das relações mantidas com o Estado após 1888. Neste processo, camponeses negros foram “transformados” em caboclos, caiçaras, pescadores, retirantes, cuja presença no território e tecido social foi progressivamente desvinculada da história da escravidão (GOMES, 2015). Nos interessa aqui identificar quais interesses orientaram esse apagamento.

Em 1850, o encerramento definitivo do tráfico de escravos extinguiu a fonte externa de reprodução do sistema escravista brasileiro. Posteriormente, em 1871, a Lei do Ventre Livre estancou última fonte restante à manutenção da escravidão, impedindo a reprodução demográfica interna. Neste contexto, portanto, o fim da economia escravocrata era inevitável, haja vista a pressão exercida pela Inglaterra e pelas revoltas escravas transcorridas no Brasil ao longo do século XIX. E mediante esta compreensão, foi colocada em prática uma estratégia gradual de encerramento da escravidão que objetivava, sobretudo, impedir maiores prejuízos às oligarquias agrárias e aos comerciantes de escravos.

A primeira proibição ao tráfico negreiro havia sido imposta pela Lei Feijó, ainda em 1831. A data, entretanto, marcou uma reorganização clandestina tão significativa deste comércio que, em vinte anos, trouxe ao Brasil um contingente de escravizados proporcionalmente maior àquele aqui desembarcado ao longo dos dois séculos anteriores. Assim sendo, a negociação entre a administração imperial, os traficantes de escravos e a elite agrária para um abastecimento do mercado interno de escravizados anteriormente à proibição definitiva se fazia evidente.

Por conseguinte, após o xeque-mate inglês em 1845, representado pela promulgação do *Bill Aberdeen* (que auto-concedeu à marinha inglesa o direito de aprisionar e abater navios negreiros), a referida proibição ao comércio de escravos foi finalmente instituída, e sua promulgação em 1850 foi acompanhada da criação da Lei de Terras.

Mediante a aproximação iminente da situação de completa abolição da escravatura, a administração imperial e as elites agrárias novamente se anteciparam. A fim de preservar

a hegemonia, a ordem social e econômica brasileira calcada na escravidão, a nova legislação que inaugurava propriedade privada da terra no país concedeu este direito apenas às elites, uma vez que estabelecia a compra como único meio de aquisição deste bem. Deste modo, tal manobra impediria um futuro campesinato negro formado por ex-escravos, assegurando às oligarquias a disponibilidade de mão de obra para a produção cafeeira (STÉDILE, 2012).

A Lei de Terras havia sido concebida no bojo da crise da escravidão, preparando terreno para uma transição entre o *plantation* e o trabalho assalariado. Assim, o novo sistema de propriedade privada de terras criou latifúndios, ao mesmo tempo em que estimulou o êxodo rural de camponeses empobrecidos. Enquanto a subsequente falta de trabalhadores para a produção agrícola foi resolvida pela política imigrantista do Império, que ao trazer trabalhadores europeus ao Brasil cumpria também o propósito político de branqueamento da população nacional (STÉDILE, 2012).

A ideia, portanto, era de fato impedir a indígenas, ex-escravos e mestiços empobrecidos a propriedade da terra, o que no caso da população negra se somava ao desejo de mitigar a possibilidade de pagamento de indenizações decorrentes da abolição. Por conseguinte, a invisibilização da etnicidade negra pelo Estado brasileiro após o fim da escravidão demonstra-se coerente ao interesse de prevenir reivindicações de posse da terra mediante correlações entre comunidades camponesas contemporâneas e as expropriações do passado escravocrata.

Ao longo dos anos 1880, a expansão do abolicionismo no Brasil se interpôs ao referido projeto. Luís Gama, André Rebouças, José do Patrocínio, se consolidaram como lideranças negras, com expressiva atuação política, jurídica e jornalística. Além disso, movimentos de fuga de escravizados eram organizados em todo país, aprofundando a crise do regime escravocrata. Neste contexto, André Rebouças conquistou o apoio do também abolicionista Joaquim Nabuco para a criação de um imposto sobre fazendas improdutivas, e legislação para a distribuição de terras para ex-escravos. Rebouças objetivava criar cooperativas de camponeses negros que lhes permitissem sobrevivência em face ao fim da escravidão. Contudo, sua proposta era vista como radical entre as elites regionais, segmentos políticos republicanos e mesmo abolicionistas. De tal forma que, mediante a abolição em 1888, a ideia de uma reforma agrária pereceu.

A discussão foi revisitada ao longo de todo o século XX pelos diferentes movimentos sociais negros, sobretudo a partir dos anos 1960 e 1970, quando a história dos quilombos

foi recuperada como símbolo da resistência a opressão. Durante a ditadura civil militar, o intelectual negro Abdias do Nascimento propôs o quilombismo e o pan-africanismo enquanto perspectivas teóricas para reinterpretar o protagonismo negro na história do país. Nesse mesmo sentido, na década de setenta, o Movimento Negro Unificado, recusava o 13 de maio e a própria ideia de abolição, propondo o 20 de novembro e a morte de Zumbi dos Plamares como data representativa da emancipação negra no Brasil. No contexto social vibrante da década de 1980, as lutas por redemocratização do país eram perpassadas pelas questões de classe, raça e gênero que, mediante atuação dos movimentos sociais de povos tradicionais e seus representantes parlamentares eleitos, a exemplo de Ailton Krenak e Benedita da Silva, conseguiram inserir no novo texto constitucional, promulgado em 1988, o reconhecimento definitivo da propriedade de terras ocupadas por remanescentes de quilombo.

O artigo 68º dos Atos Administrativos Constitucionais Transitórios da Constituição Federal de 1988 inseriu definitivamente a questão quilombola na agenda política nacional. Contudo, embora o dispositivo legal represente um avanço, especialmente no que se refere à garantia de direitos e à reparação histórica da população afro-brasileira, o artigo originalmente proposto pela a “Comissão de Índios, Negros e Minorias” na Assembleia Constituinte sofreu uma série de mudanças, e enfrentou duras pressões impostas pelos interesses econômicos relacionados à exploração e posse territórios tradicionais (ARRUTI, 2006).

Não obstante, a própria categoria jurídica de “remanescentes”, utilizada na redação da lei, abre espaço à teorizações essencialistas acerca da definição de quilombos, o que ainda precisa ser tratado com cautela. Deste modo, ainda que atualmente vejamos surgir diversas comunidades remanescentes de quilombos, tanto em espaços rurais quanto urbanos, precisamos nos lembrar de que a relação estabelecida entre as mesmas e o passado escravocrata é mediada pela dinâmica da cultura e da tradição oral, as quais preservam elementos deste patrimônio cultural afro-brasileiro que vão desde técnicas as tradicionais de manejo coletivo do solo aos festejos e expressões artísticas existentes cada uma das comunidades.

## Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos Viventes - formação do Brasil no atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARRUTI, José Maurício. Mocambo - Antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

GOMES, Flávio Santos. Mocambos e quilombos – Uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. Revoltas escravas no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MOURA, Clóvis. Quilombos - resistência ao escravismo. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LOIOLA, Maria Lemke. Trajetos para a liberdade - escravos e libertos na capitania de Goiás. Goiânia: EDUFG, 2009.

LOVEJOY, Paul. A escravidão na África – uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

KARASCH, Mary. Os quilombos do ouro na Capitania de Goiás. *In: GOMES, F.S.; REIS, J.J.* Liberdade por um fio - história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.240-262.

\_\_\_\_\_. Centro-africanos no Brasil Central, de 1780 a 1835. *In: HEYWOOD, L.M.* Diáspora negra no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008, p.127-164.

STEDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benim e Bahia de Todos os Santos do século XVIII ao XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2021

## **Histórias e culturas africanas e afro-brasileiras na escola**

A história da África é importante para nós, brasileiros, porque nos ajuda a explicar-nos. Mas é importante também por seu valor próprio e porque nos faz melhor compreender o grande continente que fica em nossa fronteira leste e de onde proveio quase metade de nossos antepassados. Não pode continuar o seu estudo afastado de nossos currículos, como se fosse matéria exótica. Ainda que disto não tenhamos consciência, o obá do Benim ou o Angola quiluanje [governante do reino de Angola] estão mais próximos de nós que os antigos reis da França.

Alberto da Costa e Silva

Acreditamos na escola como espaço de encantamento do mundo, de descobertas e de trocas enriquecedoras acerca de saberes e conhecimentos. Os indivíduos que integram esse espaço fazem parte desse encantamento: estudantes, professores, famílias, comunidades, gestores, funcionários. Ou seja, o espaço escolar é uma criação coletiva, elaborado e reelaborado, todos os dias, por um grupo de pessoas que acreditam, em diferentes níveis, na educação como motor para a transformação das realidades. Por essa riqueza da diversidade humana, a escola também pode ser vista como um recorte da sociedade na qual se insere.

Espera-se, portanto, que os debates sociais e as transformações políticas impactem diretamente a instituição escolar. E o oposto também se mostra verdadeiro: as transformações na educação impactam a sociedade, provocando mudanças efetivas em nossas comunidades.

Um momento marcante da relação entre transformações sociais e a instituição escolar foi a promulgação da Lei 10.639/03, em 2003 (modificada em 2008, como Lei 11.645/08), que assegurou a obrigatoriedade do ensino de História da África e dos afrodescendentes.

Esse marco revela avanços importantes no diálogo das relações étnico-raciais no Brasil. Isso porque, nos mais de cem anos desde a abolição da escravidão, em 1888, o Estado brasileiro não conseguiu de fato integrar, de modo digno e igualitário, as famílias dos recém-libertos e seus descendentes.

Ao contrário, seguiram-se décadas de perseguições, marginalizações e diminuições das potências representadas por essa importante parcela da população brasileira. Por isso, transformar a chaga social do preconceito racial deve ser uma responsabilidade reconhecida e que engaje toda a sociedade. Como nos ensina o pesquisador e diplomata Alberto da Costa e Silva, conhecer as histórias e as culturas africanas e afro-brasileiras é um ato que possibilita aos cidadãos brasileiros conhecerem a si mesmos.

Assim, a legislação traz a restituição, à sociedade brasileira, de saberes, práticas e conhecimentos de seus ancestrais que têm origem no continente africano. Além disso, possibilita a valorização desses legados e das identidades negras contemporâneas, contribuindo para a construção da autoimagem positiva da população. Vale ressaltar que, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, 54% da população brasileira se autodeclarou afrodescendente.

Estas temáticas também são tratadas nos principais documentos de referência da educação brasileira. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dá continuidade às transformações da escola e à abordagem das questões étnico-raciais, referendando, nos currículos de todo o país, os conteúdos sobre as múltiplas culturas africanas e afro-brasileiras, em diferentes áreas do conhecimento, e sob a perspectiva da educação integral. De acordo com a BNCC:

[...] a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.

Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar formas de existir.

### **Aquilombar & Afrobrasilidades**

Assim, compreendemos que a mobilização das questões étnico-raciais na escola extrapola a instituição de ensino: trata-se de temas fundamentais para a formação de cidadãos conscientes e de sujeitos que reconheçam e valorizem suas histórias pessoais e as de suas comunidades.

### **O Letramento Literário**

A Literatura Infantil e Juvenil é um meio de expressão artístico e intelectual riquíssimo. Ela proporciona a conexão entre a ludicidade e o conhecimento, constituindo-se como valiosa matéria-prima para projetos e debates sobre as culturas e as identidades africanas e afro-brasileiras, os valores universais e a formação cidadã, de acordo com a realidade escolar. O material que você tem em mãos apresenta uma proposta de trabalho a partir do gênero Histórias em Quadrinhos (HQ), visando conferir visibilidade aos Saberes Quilombolas da Região do Vale do São Patrício e Norte Goiano. Os textos, narrativas e ilustrações foram elaborados por discentes do Instituto Federal Goiano Campus Ceres, pertencentes aos três cursos técnicos integrados ao Ensino Médio da instituição: Agropecuária, Informática para internet e Meio Ambiente, com base em nossas pesquisas bibliográficas que abordam diferentes aspectos culturais de diversos povos e comunidades Quilombolas, a saber: Domingas Gouveia Carvalho -Quilombo João Borges Vieira, Adelina Borges das Chagas - Quilombo Tomas Cardoso, Lucilene dos Santos Rosa - Quilombo Kalunga.

As biografias dessas três grandes mulheres foram muito bem conduzidas pelas mãos destes jovens, que com bastante sensibilidade e criatividade puderam ilustrar uma parte da árdua e admirável trajetória trilhada por cada uma das três líderes goianas. Por meio do trabalho com essas obras, acreditamos que seja possível:

**Sensibilizar o olhar** dos alunos para a diversidade cultural, cuidando para que percebam a multiplicidade de povos africanos e de comunidades afrobrasileiras, sem homogeneizá-las. A ideia é contribuir para a desconstrução de eventuais estereótipos sobre o continente ou sobre a diáspora africana.

**Provocar reflexões** sobre os diferentes valores universais, evitando cair no senso comum ou nos estereótipos que cercam o continente africano e os descendentes da diáspora africana no Brasil.

**Incentivar atitudes** de respeito e de defesa à diversidade e à pluralidade cultural, possibilitando a construção de posturas baseadas na empatia, na ética e nas responsabilidades individuais e coletivas, de modo geral.

De acordo com a realidade escolar, as propostas podem ser adaptadas, mobilizando diferentes áreas de conhecimento e indivíduos da comunidade, ampliando os contextos educativos para além das relações entre alunos e professores e envolvendo os funcionários da escola, as famílias e outros grupos sociais dos quais os alunos fazem parte. Por meio da literatura e com base neste material, acreditamos que o trabalho sobre as histórias e as culturas africanas e afrobrasileiras realizado na escola possa ser enriquecido e aprofundado de modo significativo e transformador.

A obra que você vai conhecer apresenta não apenas aspectos religiosos ou mitológicos das culturas africanas e/ou afrobrasileiras. Mais do que isso, elas trazem modos de compreender e de se relacionar com o mundo, apresentando saberes elaborados e diversos.

Historicamente, muitos dos conhecimentos dos povos não europeus foram relegados somente ao aspecto religioso, especialmente por não se alinharem à ideia de ciência ocidental. Ou seja, na maioria dos casos os conhecimentos dessas comunidades acabaram sofrendo um apagamento, sendo em grande parte subalternizados. Hoje, é grande o esforço de recuperação e valorização desses saberes.

Assim, por meio da literatura, a comunidade escolar terá contato com diferentes sociedades africanas, reconhecendo em seus cotidianos diversos aspectos culturais que são originários dos povos da África e de seus descendentes.

**Boa leitura!**

Rafael Alves  
Solange Corsi

# Adelina Chagas

Uma história de: Débora Vitória, Gean Xavier e Kamilly Andrade

Ilustrado por: Laiany Mendes



No interior do estado de Goiás, no coração do Brasil, na cidade de Goianésia, em setembro de 1965, nasceu uma mulher que futuramente se tornaria um símbolo para toda sua região. Ela se chama Adelina Chagas, foi a terceira filha de oito irmãos e essa é a sua história.

Em sua infância, Adelina viveu na fazenda com seus pais, ajudava nas atividades do campo e assim aprendeu a importância da terra e da natureza, tanto para sua vida como para a comunidade em que vivia. Com o passar dos anos, percebia como seu lar era seu tesouro, com grandes árvores frutíferas, um verde fantástico das matas, as serras do Cerrado, os bichos, as flores, a energia... e, por isso, faria de tudo para protegê-lo.



Porém, certa época, ela se viu em uma situação de abandono e injustiça, e se sentiu insuficiente, sem poder fazer nada, quando suas terras foram tomadas dela. Por falta de informações. O seu povo foi enganado e foram tratados como pessoas sem importância. Foi então que Adelina jurou a si mesma que faria algo a respeito, que lutaria até o fim, para recuperar o que é seu de direito, e não iria descansar até conseguir suas terras novamente.

Por conta deste fato, sem sua terra, ela, sua família e o povoado quilombola migraram para a cidade. Aos 41 anos, ela e alguns do seu povo criaram a Associação Quilombola, mantendo seu desejo de lutar. Adelina Chagas se tornou secretária da organização para, finalmente, começar a atuar nas ações de recuperação de seu território.



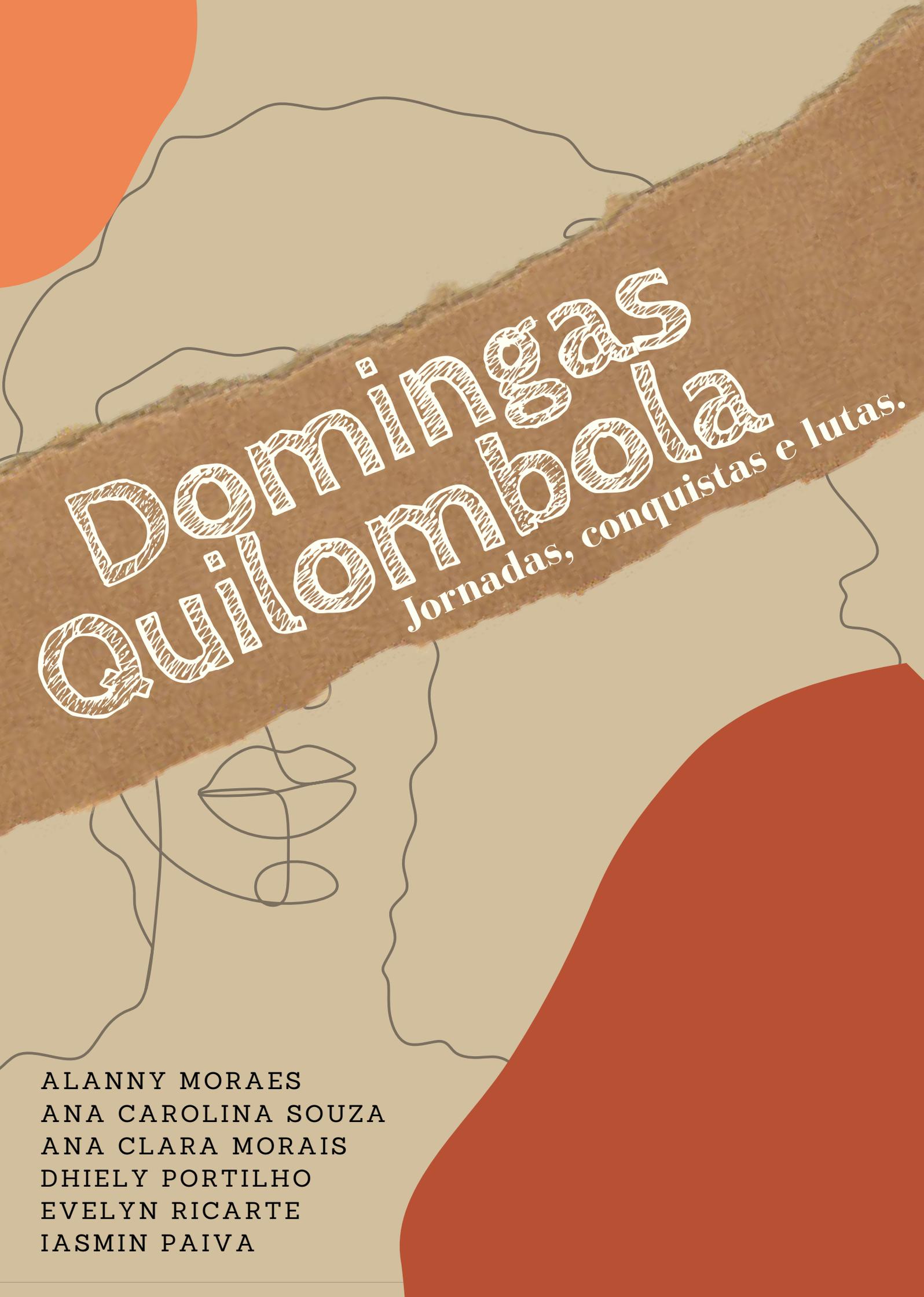
Esse quilombo, que ficava na cidade, possibilitou que após 5 anos de sua entrada na secretaria, em 2011, fosse eleita presidente, principalmente por suas atividades e influência como mulher quilombola. Sua representatividade refletiu na região e ela pôde ir com todas suas forças à luta. Não se deixou abalar com as dificuldades que o caminho difícil trouxe e manteve-se forte em seu objetivo. Não poderia abandonar seu povo e muito menos a si mesma.

Então, em 2015, essa guerreira se eternizou em uma das suas ações mais importantes para todo seu povo e região. A recuperação de suas terras finalmente chegou, e com isso, 41 famílias da comunidade tiveram seu espaço de moradia e de trabalho.

Adelina se casou e teve três filhos. Por isso, se afastou da direção da associação, mas não parou de ajudar a causa. Ela continua lutando pelos direitos de seu povo e atualmente faz parte do conselho da associação, como conselheira fiscal.

Como é uma mulher preta, mãe e foi uma líder quilombola, ela sabe o valor que possui sua fala e sua influência. Adelina busca que seus costumes e crenças sejam respeitados como os de qualquer outro cidadão. Assim, mesmo aos seus 56 anos, escolhe trabalhar em um orfanato, promovendo cuidados e ajuda, sendo um símbolo de luta e esperança, que edifica os jovens e afloram o pensamento crítico e a desconstrução de estruturas racistas em nossa cultura.





**Dominóas**  
**Quilombola**  
Jornadas, conquistas e lutas.

ALANNY MORAES  
ANA CAROLINA SOUZA  
ANA CLARA MORAIS  
DHIELY PORTILHO  
EVELYN RICARTE  
IASMIN PAIVA

# APRESENTAÇÃO



Nesse capítulo será relatada a história de Domingas Gouveia de Carvalho, também conhecida como Domingas Quilombola. Uma mulher quilombola do Norte Goiano que buscou, e ainda busca, lutar com garra e perseverança por direitos, recursos e oportunidades para a população de seu quilombo.

**Essa é a História de uma grande mulher chamada Domingas Gouveia de Carvalho, mais conhecida como Domingas quilombola, a quarta filha de Ilda Borges Geralda de Sá e Melanio Gouveia de Sá. Ela nasceu no quilombo de Pombal no dia 18 de junho de 1971, mas esse não foi o lugar onde ela passou o resto da vida.**

**A jovem se mudou para para o Quilombo João Borges Vieira de Uruaçu, onde cresceu e trilhou o seu caminho.**



A garota se tornou uma grandiosa mulher, que crê nos céus, mas tem os pés descalços bem plantados no chão. Sempre buscou lutar por aquilo que acredita, pois por mais que as pedras e espinhos lhe incomodassem, eles também serviam como sinal de resiliência e certeza.



"A terra me transmite energias positivas e me faz descarregar as negativas." - Domingas Quilombola

**Sua jornada foi iniciada com movimentos negros e sociais, porém a luta foi se abrangendo cada vez mais. Domingas concluiu o curso de pedagogia e se tornou uma professora de saberes tradicionais.**

**A intenção de ajudar seu povo resultou na fundação da comunidade quilombola de João Borges Vieira de Uruaçu, no estado de Goiás; atualmente sua população é composta por 150 famílias. O seu comprometimento trouxe-lhe o cargo de coordenadora da CONAQ.**



**Domingas gostaria que sua voz fosse ampliada para representar a sua comunidade, buscando alcançar recursos, direitos e a melhor qualidade de vida, então, se tornou vereadora na Câmara Municipal de Uruaçu pelo Partido Solidariedade.**

**- "A comunidade precisava de um representante que soubesse caminhar e buscar recursos, moradias dignas, projetos que priorizassem a comunidade em geral, e assim eu fiz." Domingas Quilombola**



**A história de Domingas não termina por aqui, ela continuará trilhando seu caminho e levando seu conhecimento e histórico de lutas sociais para muitos.**

**Movimentos sociais  
Pedagoga  
Professora**

**Fundadora  
Coordenadora**

**Primeira vereadora  
quilombola de Uruaçu**

**150 casas para a  
comunidade quilombola  
João Borges Vieira**



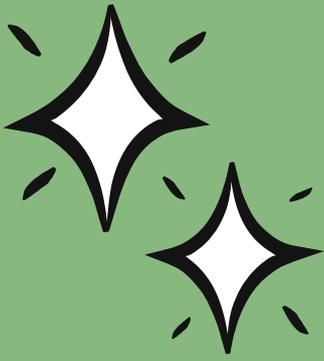
“HOJE CONTINUO TRABALHANDO  
COMO VEREADORA E  
PARTICIPANDO ATIVAMENTE NAS  
ATIVIDADES DA COMUNIDADE  
QUILOMBOLA DE URUAÇU,  
BUSCANDO MELHORIAS PARA O  
POVO URUAÇUENSE COM MUITA  
DEDICAÇÃO.”  
DOMINGAS QUILOMBOLA



# LU KALUNGA

MULHERES QUILOMBOLAS DO NORTE GOIANO

PROJETO HQ - 2021



# **AUTORES**

**EDUARDA OLIVEIRA**

**GIOVANA LYSSA GALDINO RIBEIRO**

**KAMILLA BATISTELA**

**KÁRITA SANTIAGO CAMARGOS**

**MATHEUS RODRIGUES**

**LUIZ FERNANDO MARRA SANTANA**



**OLÁ! MEU NOME É LUCILENE DOS SANTOS ROSA, MAIS CONHECIDA COMO LU KALUNGA.**

**NASCI EM CAVALCANTE, GOIÁS, EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA CHAMADA “KALUNGA” (DAÍ O APELIDO).**

**APENAS QUANDO ESTAVA QUASE ATINGINDO A IDADE ADULTA, ME DEI CONTA DA IMPORTÂNCIA QUE MINHA EXISTÊNCIA REPRESENTAVA.**



**MINHAS VIVÊNCIAS SÃO AMPLAS, NASCI EM 24 DE MARÇO DE 1982 E JÁ TENHO 39 ANOS! (EU SEI.. A CARINHA NÃO APARENTA A IDADE, HAHAAHAI) . SÃO MUITOS ANOS DE HISTÓRIA E, DURANTE ESSA TRAJETÓRIA, ME TORNEI MÃE DO JOSÉ LUIZ.**

**HOJE, FAÇO PARTE DO PARTIDO POLÍTICO PSB, ONDE SOU SECRETÁRIA ESTADUAL DE MULHERES. MÃE DO JOSÉ LUIZ.**



**LEMBRO DA MINHA ADOLESCÊNCIA COMO SE FOSSE HOJE. LÁ, ALÉM DE CRISES HORMONAIS E SENSAÇÃO DE DESESPERO (BRINCADEIRA, HAHAHA!), EU COMECEI A ME DAR CONTA DO RACISMO ESTRUTURAL ENRAIZADO EM NOSSA SOCIEDADE.**

**A PARTIR DAÍ, TAMBÉM COMECEI A NOTAR A IMPORTÂNCIA DA MINHA IDENTIDADE E ANCESTRALIDADE, QUE, DE UMA FORMA QUASE QUE AUTOMÁTICA, ME SUBMETEU A UM PAPEL:**

**ELEVAR A  
AUTOESTIMA DE  
OUTRAS MULHERES  
NEGRAS.**



A stylized illustration of a woman with dark, curly hair and a serious expression, looking directly at the viewer. She is wearing a light-colored top. In the background, there is a simple house with a brown door and a window, set against a green landscape with rolling hills and a blue sky. The text is presented in two speech bubbles: a large one at the top and a smaller one to the right.

**ALÉM DE QUESTÕES RACIAIS, EU JÁ ENTENDIA QUE SER MULHER TORNAVA MEUS DESAFIOS AINDA MAIS DIFÍCEIS. CONTUDO, AO INVÉS DE ME DEIXAR PARA BAIXO, ESSA QUESTÃO FOI ALGO QUE ME MOTIVOU AINDA MAIS A LUTAR PELOS DIREITOS DE OUTRAS MULHERES.**

**DESDE ENTÃO, VENHO PARTICIPANDO EFETIVAMENTE DE AÇÕES E PROJETOS RELACIONADOS À SEGURANÇA DOMÉSTICA, FEMINICÍDIO E IGUALDADE DE DIREITOS.**

**AH, COMO AMO A COMUNIDADE QUILOMBOLA QUE REPRESENTO!  
O QUILOMBO É UMA SOCIEDADE À PARTE DA OCIDENTAL,  
EXPRESSANDO ANCESTRALIDADE, COLETIVIDADE E AUTONOMIA. O  
MODO DE VIDA DO MEU POVO SE COLOCA DE FORMA CONTRÁRIA A  
NORMALIDADE DO RACISMO ESTRUTURAL DO CAPITALISMO, PORQUE  
VIVEMOS DE FORMA COLETIVA.**

**PODE PARECER ESTRANHO, NÉ?!**

**EM UM PAÍS COM TANTOS  
ATAQUES ÀS POPULAÇÕES  
MARGINALIZADAS, AINDA É  
POSSÍVEL ENCONTRAR  
FORMAS DE RESISTÊNCIA  
COLETIVA E  
RADICALMENTE  
TRANSFORMADORAS.**



**INFELIZMENTE, O QUILOMBO É  
CONSTANTEMENTE ATACADO, POIS  
REPRESENTA UMA SOCIEDADE QUE SE OPÕE  
À TENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO E  
DESTRUIÇÃO DO CAPITALISMO. ESPERO QUE  
A GENTE CONSIGA MUDAR ESSE CONTEXTO.**

**CHEGA DE ATAQUES  
AOS NOSSOS  
TERRITÓRIOS  
E CORPOS!**



**ÀS VEZES É BEM DIFÍCIL FAZER COM QUE AS PESSOAS ENTENDAM A IMPORTÂNCIA QUE TUDO ISSO REPRESENTA, PORÉM, EU SEMPRE ACEITO OS DESAFIOS, HAHAI! É UMA EXTREMA VERDADE QUE NÃO DEVE SER DEIXADA DE FORA. NÃO DIGO QUE ME TORNEI NECESSARIAMENTE UMA FIGURA RESPONSÁVEL PELO QUILOMBO, MAS ME SINTO CORRESPONSÁVEL NESSA LUTA COLETIVA PELOS DIREITOS DOS POVOS**

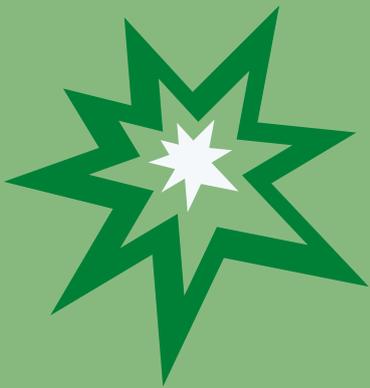
**NEGROS E DAS MULHERES!**



**OBRIGADA A TODOS POR TEREM ME  
ESCUTADO, FICAREI MUITO FELIZ AO  
SABER QUE AS IDEIAS E DIREITOS  
PELOS QUAIS EU LUTO ATINGIU, DE  
ALGUMA FORMA,  
O CORAÇÃO E O SER COM  
PENSAMENTO CRÍTICO DENTRO DE  
VOCÊS**

**É ISSO! BEIJINHOS DA LU KALUNGA!  
ATÉ A PRÓXIMA**





# Mulheres Quilombolas do Morte Goiano

O projeto "Mulheres Quilombolas do Norte Goiano", foi produzido por acadêmicos do IF Goiano - Campus Ceres e idealizado por meio de uma parceria entre a Faculdade Evangélica de Goianésia, Coletivo Carolina Maria de Jesus, NEABI - Campus Ceres e contou com o fomento da Lei Emergencial de Cultura Aldir Blanc, tendo como objetivo a representação das lutas de mulheres quilombolas e suas comunidades.

O E-book está dividido em três capítulos. Cada um é representado por uma mulher: Adelina Borges de Chagas, Lucilene dos Santos Rosa e Domingas Gouveia do Carvalho. Cada capítulo ficou responsável por um grupo de estudantes, os quais se empenharam e produziram as histórias com base nas biografias das mulheres.

